

MOÇAMBIQUE SOB A MIRA DOS IMPÉRIOS: O PROSAVANA E A QUESTÃO DA TERRA

MOZAMBIQUE UNDER THE TARGET OF EMPIRE: PROSAVANA AND THE LAND ISSUE

MOZAMBIQUE BAJO EL OBJETIVO DEL IMPERIO: PROSAVANA Y EL PROBLEMA DE LA TIERRA

Eguimar Felício Chaveiro

Professor Titular dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG).
eguiimar@hotmail.com

Ernesto Jorge Macaringue

Doutor em Geografia. Professor na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique
jorgitomapilele@gmail.com

Helsio Amiro Montany A. de Azevedo

Doutor em Geografia. Professor na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique
helsio2000@hotmail.com

Resumo: A interpretação territorial do espaço agrário moçambicano supõe reconhecer as forças que o dominam, a dimensão histórica do país e o modo pelo qual a geopolítica da produção e dos negócios de alimentos, na escala mundial, se efetivam atualmente. Cabe reconhecer que os acordos e os programas, como o ProSAVANA, desenvolvido pelo pacto entre Brasil e Moçambique com mediação do Japão, é uma forma de instituir a modernização predatória das terras e dos modos de vida camponeses de Moçambique. Por meio de missões científicas, trabalhos de campo, tanto no Brasil quanto em Moçambique; organização de seminários e colóquios, estágios e orientações de pesquisas, e especialmente, mediante o projeto de pesquisa “Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do Cerrado brasileiro as savanas em Inhambane/Moçambique”, nos foi possível edificar uma leitura territorial da situação da terra em Moçambique ao sabor das imposições econômicas e geopolíticas dos impérios agroalimentares dos países ricos.

Palavras-chave: produção de alimentos; modernização predatória; geopolítica; interpretação territorial

Abstract: The territorial interpretation of the Mozambican agrarian space supposes to recognize the forces that dominate it, the historical dimension of the country and the way in which the geopolitics of food production and business, on a world scale, are practiced today. It must be recognized that agreements and programs, such as ProSAVANA, developed by the pact between Brazil and Mozambique with mediation from Japan, are ways of instituting the predatory modernization of Mozambique's peasant lands and ways of life. Through scientific missions, fieldwork, both in Brazil and in Mozambique; organization of seminars and colloquia, internships and research orientations, and especially, through the research project “Creole seeds, agroecological backyards and popular cooperation: exchange of knowledge and experiences of the creative Cerrado of the Brazilian savannah in Inhambane / Mozambique”, was it is possible to build a territorial reading of the land situation in Mozambique according to the economic and geopolitical impositions of the agri-food empires of the rich countries.

Keywords: food production; predatory modernization; geopolitics; territorial interpretation

Resumen: La interpretación territorial del espacio agrario mozambiqueño supone reconocer las fuerzas que lo dominan, la dimensión histórica del país y la forma en que hoy se practica la geopolítica de la producción y el comercio de alimentos a escala mundial. Hay que reconocer que los acuerdos y programas, como ProSAVANA, desarrollado por el pacto entre Brasil y Mozambique con la mediación

de Japón, son formas de instituir la modernización depredadora de las tierras y formas de vida campesinas de Mozambique. Mediante misiones científicas, trabajo de campo, tanto en Brasil como en Mozambique; organización de seminarios y coloquios, pasantías y orientaciones de investigación, y especialmente, a partir del proyecto de investigación “Semillas criollas, traspatios agroecológicos y cooperación popular: intercambio de conocimientos y experiencias del Cerrado creativo de la sabana brasileña en Inhambane / Mozambique”, se pudo construir una lectura territorial de la situación de la tierra en Mozambique según las imposiciones económicas y geopolíticas de los imperios agroalimentarios de los países ricos.

Keywords: producción de alimentos; modernización depredadora; geopolítica; interpretación territorial

Introdução

Há quase uma década que geógrafos brasileiros, radicados no grupo de pesquisa Dona Alzira – Espaço, Sujeito e Existência - CNPQ, especialmente os vinculados aos estudos de Geopolítica, Educação do Campo, turismo crítico, espaço agrário e Movimentos Sociais, se juntam à professores, intelectuais e camponeses moçambicanos para, em parceria e em ato de amizade, desenvolverem diálogos de saberes, pesquisas e trocas de experiências. Mediante orientação de mestrado e doutoramento, missões científicas, trabalhos de campo, tanto no Brasil quanto em Moçambique; organização de seminários e colóquios, por meio do projeto de pesquisa “Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do Cerrado brasileiro as savanas em Inhambane/Moçambique”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, se tornou possível subir alguns degraus numa troca epistemológica efetiva. Ambos – brasileiros e moçambicanos – atravessaram os continentes de mãos dadas gratificados pela irmandade.

O conjunto de atividades originadas das missões científicas e também das pesquisas redundaram na produção de artigos científicos, mapas, diagnósticos e, também, na elaboração de registros e fotográficos e videográficos – e de um quinhão de imagens e histórias protagonizadas nas longas linhas das viagens e dos trabalhos. Com o tempo e com os diálogos, foi possível construir as premissas dos estudos e das pesquisas. Pode-se dizer que a modernização territorial e da agricultura, em Moçambique, como no Brasil, em tempos diferenciados, mas coordenada por processos políticos semelhantes, tem no Estado o seu principal agente. Vale ponderar que o Estado moçambicano, por meio do MASA – Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, estabelece, ideologiza e impõe a política agrária atual de Moçambique.

O sonho por modos de vida eurocêntricos e por formas de consumo mercadológicas, que exigem o aporte de meios técnicos inexistentes no contexto do território moçambicano, é a principal arma usada para dominação dos camponeses moçambicanos atualmente. A modernização do espaço agrário que tanto é debatida em Moçambique, coloca também a inserção do agronegócio nos territórios campesinos, ao invés de conferir maior capacidade ao campesinato de garantir a sua soberania alimentar e o abastecimento do mercado urbano

Há uma insistência, advinda da voz do Estado, em dizer que os camponeses de Moçambique se classificam como de subsistência, como também a representação pejorativa de suas culturas mediante os ritos de iniciação; de suas crenças mágico-religiosas; e das fantasias encantatórias de sua história como estágios de obscurantismo e de superstição ou de idealismos. Criou-se a imagem que os portadores das técnicas, os países ricos do eixo capitalista, nasceram já dotados de conhecimentos e os despossuídos deverão ser civilizados. Advém dessa imagem a falsa ideia que a fome é um problema técnico. E a pobreza é uma contingência do atraso histórico, não da geopolítica.

Intencional e ideologicamente, esse prisma nega a apreensão da realidade numa leitura de totalidade que funda a interdependência e as contradições que caracterizam o território moçambicano. Nega também componentes coletivos enraizadores da cultura camponesa. Os convívios em festas de casamentos durante os ritos de iniciação nos fins da época agrícola, que reúnem não apenas os membros das mesmas famílias, como também das famílias amigas para comemoração das conquistas, são marcas de que há luta, solidariedade e, lógico, também, conflitos nos territórios campesinos. Em outros termos, o camponês moçambicano não pode ser lido apenas no crivo econômico, mas da sociabilidade, das crenças, de suas narrativas, de seus gostos e de sua espiritualidade.

Face a isso, um pressuposto teórico se estabelece: a interpretação territorial do espaço agrário moçambicano supõe reconhecer a dimensão histórica do país e o modo pelo qual a geopolítica da produção e dos negócios de alimentos, na escala mundial, se efetiva atualmente. Cabe reconhecer que os acordos e os programas, como o ProSAVANA, desenvolvido pelo pacto entre Brasil e Moçambique, é uma alavanca para criar a modernização predatória das terras e dos modos de vida moçambicanos.

O espaço agrário moçambicano

Na história recente da formação social e econômica de Moçambique, os primeiros anos que marcam a passagem de um período de conflitos armados, especialmente após a década de 1990, era desencadeada a reabilitação de infraestruturas destruídas pela guerra, e ao mesmo tempo, os povos que tinham se dispersado retornavam às suas terras, ou iam se fixando em novos espaços. Nesse quadro, o país foi atingido por uma onda de temporais naturais associadas ao fenômeno El nino, que mobilizou a solidariedade internacional.

‘ No âmbito das intervenções que têm sido constituídas para mitigação da vulnerabilidade dos povos e das comunidades rurais que estão distribuídas pelo país, é sintomático ouvir narrativas que aconselham o Governo a se dedicar à transformação da estrutura agrária herdada da colonização. O imaginário crítico moçambicano solicita também um enfrentamento ao cenário de desigualdades como resultado de exclusão de certos grupos ao acesso à terra.

Entretanto, após o primeiro período do processo de libertação moçambicana, aos poucos o controle da terra foi consumado pelo Estado, que, na realidade, constituiu o controle pelas elites políticas. Embora, a participação do Estado nas atividades econômicas tenha reduzido bastante, o controle da terra continua se manifestando por meio da concessão dos direitos de uso e aproveitamento da terra a todos os interessados por exploração do solo e das riquezas do subsolo.

No quadro das atribuições dos órgãos do Estado, o Governo de Moçambique (GdM) mediante o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) mobiliza, por meio de acordos de cooperação, a entrada de investimentos estrangeiros assegurando que há disponibilidade de terra livre. O Programa Triangular de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA - JBM) foi concebido no âmbito das intervenções do Governo moçambicano em cooperação com os governos do Brasil e Japão.

Esse programa é apresentado como uma iniciativa do Governo de Moçambique que visa, com base na “modernização da agricultura” no corredor de Nacala, incrementar a produção e a produtividade agrárias, que atualmente registram os mais baixos índices na África Subsaariana. Por outro lado, o ProSAVANA-JBM é

apresentado como uma nova forma de cooperação entre os Governos no âmbito dos esforços de criação de melhores condições para a população.

Essa iniciativa ganha robustez num período em que globalmente há uma crise financeira. Essa crise tem provocado subida de preços de alimentos e das commodities agrícolas, conduzindo o capital financeiro a migrar para espaços marginais. A migração do capital no setor da agricultura cria uma reconfiguração/redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial.

Diante disso, tornou-se muito comum ouvir que em Moçambique há 36 milhões de terra arável, dos quais, a terra efetivamente ocupada não está para além de 5 milhões de hectares. Primeiro, tendo em conta as formas organizacionais dos povos que habitam os espaços do campo de Moçambique, esses discursos são falsos. Há uma tendência de ignorar outras formas de uso e aproveitamento da terra praticados pelos camponeses.

O outro fato é que os números que são propagados refletem a situação de uso agrícola da terra mais frequente, que está associado à capacidade e às lógicas de produção camponeses. O conhecimento das ocupações e usos da terra, requer estudos mais acurados que até então nunca configuraram como pauta da agenda pública do Governo. O que nos leva a concluir que, em Moçambique, não se sabe como a terra está sendo efetivamente ocupada.

Pode-se tomar o exemplo da dinâmica territorial nacional a partir das infraestruturas de transportes. As principais infraestruturas de transportes (ferrovias e rodovias), implantadas em todo o país, permite a leitura de que a região Sul está menos conectada do que a região Norte. Essa provável leitura pode, de fato, conduzir a conclusão de que a região Norte está mais integrada do que a do Sul, o que na realidade não se constitui verdade.

Os fatos revelam que na região metropolitana de Maputo – a chamada “Grande Maputo”, que inclui a capital do país e a cidade Matola integrando ainda os distritos de Maracuene e de Boane, estão longe de serem equiparadas às cidades portuárias de Nacala e de Nampula. Um outro pormenor é que as duas regiões são as que têm sido contempladas pelos grandes investimentos, em particular, as infraestruturas.

Na região Sul há que se assinalar a estrada nacional nº 4 que liga Maputo à África do Sul (EN4) e a ponte Maputo – Catembe, tida como uma das maiores do continente africano. Com isso, argumenta-se que a afirmação de disponibilidade de 36

milhões de terra por si só não revela nada de significativo que possa ajudar a compreender o discurso de disponibilidade de terra livre para ser ocupada.

Outro elemento a mencionar é o das estruturas de reprodução social no seio dos camponeses, que também não são homogêneos. Ainda para a maioria dos camponeses faz parte da sua realidade formas de relacionamento homem/espaco fora dos princípios de direito privado. Para muitos camponeses, a terra (solo, água e floresta) não é um bem de apropriação privada, e nem é um bem estatal, ou seja, é um bem sem dono, o qual todos têm o direito de usá-lo de acordo com as regras que vigoram em cada grupo. Isso não significa que as relações homem/espaco estão fora dos princípios de pertencimento individual.

As análises sobre essa complexa realidade dos territórios camponeses compõem o pano de fundo da vida da população moçambicana inteira, uma vez que, em torno de 70% da população reside no campo. Ao mergulhar no mundo da complexidade rural é fácil reconhecer a necessidade de defender a sua cultura e seus territórios de reprodução social da existência.

Isso posto, convém perceber que a modernização da agricultura tem sido apontada como uma das prioridades do Governo de Moçambique para solucionar o problema da fome, da economia e da geopolítica moçambicana. As intervenções do Estado pela via do MASA estipulam o tipo de política agrária, a forma de mobilização de recursos financeiros e logísticos para a concretização do projeto modernizante; a abertura às empresas estrangeiras no sentido de atuarem no território moçambicano, assim como a prestação de serviços básicos direcionados ao setor produtivo.

Embora, esse direcionamento político seja recente, ele se efetiva em fiel ligação à estrutura territorial e histórica de Moçambique. Dois períodos históricos distintos enunciam as transformações recentes: o primeiro, que se estendeu entre 1975 a 1990; e o segundo, que corresponde ao cenário atual. Este iniciou no ano de 2000. A década de 1990 é considerada o ponto central de políticas econômicas fundadas a uma profunda “estagnação”, uma vez que as intervenções desenvolvidas se enquadram no âmbito do que, na época, se denominava “ajuda de emergência”.

Esses períodos traçam os eventos históricos marcantes que estão na base da “modernização da agricultura” em Moçambique. A partir deles ganharam força o apelo e a defesa da necessidade de mobilização do capital financeiro, envolvendo os países

mais ricos do mundo nas transformações do espaço agrário. Estava posto, assim, a dimensão geopolítica das mudanças do espaço agrário moçambicano.

Ora, compete dizer que a modernização da agricultura que vem ocorrendo nos países mais ricos do mundo, especialmente no pós-guerra, atinge a periferia capitalista e se evidencia como uma alavanca geopolítica de redefinição da fronteira agrícola mundial. Estava nascendo ali o berço dos impérios agroalimentares que, apoiados e financiados pelos Estados, seriam a ponte para efetivar a divisão internacional do trabalho na mira da inserção de capitais na agricultura, ocasionando o desmonte de agricultura camponesa.

A questão que se coloca é saber quais são as consequências sociais desse modelo geopolítico de controle do território. Nos últimos anos o processo de modernização da agricultura em Moçambique foi apresentado como um projeto do Governo que visa transformar a estrutura agrária herdada da colonização. Portanto, a sua justificativa, de acordo com a voz dos seus propugnadores, se baseia em dois objetivos: resolver o problema da demanda de alimentos no país e produzir commodities agrícolas para a exportação.

Contudo, desde o início do processo o que marca essa investida é a violência social, uma vez que a fixação das empresas modernizadoras impôs, no processo de concessão de terra, expropriações de terra dos camponeses, desarticulação de sua moradia, imposição migratória, mudanças de hábitos alimentares. Daí que o processo ideológico se tornou importante.

As intervenções desenvolvidas pelo MASA, incluindo os discursos de agentes do governo, o processo de midialização e o negócio com a esperança, se efetivaram para formar a ideia que põe a necessidade de transformação da estrutura agrária do país como o único modelo possível para aumentar a produtividade, desenvolver a economia, abastecer as famílias de alimentos.

. Essa ideia – ideologicamente trabalhada – propagou “uma verdade” quase inquestionável, sem, contudo, observar as suas intenções geopolíticas; e especialmente, a mudança de rota do país servindo, a partir daí, às demandas globais do mercado mundial por alimento. O que subjaz o projeto é o triste fado de que o mercado é a solução para a insegurança alimentar.

Assim sendo, as quatro milhões de “explorações agropecuárias”, que são efetivamente unidades de reprodução social existentes, cuja a maioria, cerca de 3,9 milhões, correspondem às unidades produtivas de reprodução social familiar, devem estar adaptadas à lógica do mercado. Ou seja, as unidades de reprodução social familiar, para que tenham capacidade de gerar rendimentos, devem adotar o agronegócio como modelo de produção – e de vida.

Com base nesse argumento, tornou-se imperativa a entrada de novos operadores no sistema agrário moçambicano, de maneira que o projeto visa ultrapassar as atuais 51.872 explorações agropecuárias que representam “médias unidades produtivas” e as 728 explorações agropecuárias que se configuram como empresas.

O novo receituário ideológico é que a produção agrária deve ser orientada para o mercado submetendo a produção de alimentos às demandas do mercado mundial de commodities agrícolas. Se a ideologia antecipa e prepara o terreno para a ação, a concretização do projeto de modernização ocorre no âmbito da cooperação técnica bilateral.

Como experiência eurocêntrica, estadunidense e japonesa, a cooperação técnica emergiu, em termos mundiais, no contexto de reconstrução pós-guerra nos meados do século XX. E foi se alastrando à medida que a acumulação monopolista e financeirizada coordenavam a expansão capitalista em termos mundiais. No caso concreto do território moçambicano, esse período é marcado pelo enfrentamento da dominação imperialista. Descolonizar. Autodeterminar-se. Gerenciar o seu próprio modelo de sociedade eram as chaves de Moçambique e de vários países de África.

Por isso, é que se pode dizer que as experiências tecnológicas que hoje são expandidas para a periferia do capitalismo mundial foram criadas há mais de cem anos, e só agora é que se vê a necessidade de sua localização em territórios africanos, onde nem a simples enxada de cabo cumprido, para não falar de trator, triturador, descaroçadeira e carro de boi, existem nos mercados de muitos países.

Há, portanto, que se estranhar a proposta acordante de modernização: o que está por detrás da cooperação técnica? O interesse de cooperação técnica entre os países ricos da esfera capitalista o mundo com os países subdesenvolvidos, em particular, os da África Subsaariana, surge num contexto em que o sistema capitalista financeiro enfrenta uma das crises que perdura por muito tempo, (Harvey, 2011). Pode-se interrogar: a

cooperação técnica, tal como é apresentada, não será uma estratégia destinada para salvar os “rios de dinheiros” em risco de se “converterem em papéis simples” (Harvey, 2011)?

A transformação da estrutura agrária defendida nos acordos corresponde a um projeto que pretende sujeitar a satisfação das necessidades familiares ao comércio internacional. Há de saber que os vínculos entre a produção familiar e a lógica do mercado, significa estabelecer alguns critérios, como a especialização; a produção conforme a demanda do mercado; e a transformação de alimentos em negócios de commodities.

Uma vez que a atual estrutura agrária moçambicana é composta por camponeses que produzem para as suas necessidades imediatas por intermédio de produção de bens de consumo direto e de comercialização local, a internacionalização do alimento torna-se fator de desestruturação sistemática de suas vidas. Ao proceder assim estará cumprindo a missão da agricultura capitalista, ou seja, a conversão do camponês em agricultor. Mas como se sabe essa conversão não é garantida, pois ao ceder as melhores terras aos grandes projetos, o camponês tende a se tornar um migrante urbano.

O ProSAVANA: o vetor da modernização desarticuladora

Uma vez que as transformações do espaço agrário e das condições agrícolas acarretam custos, a estratégia que tem sido adotada pelo Governo consiste no estabelecimento de alianças com o capital financeiro dos países mais ricos, de modo que se criem condições para viabilização da conversão pretendida. Ao tomar como ponto de observação o ProSAVANA - JBM constata-se que há um estabelecimento de novos “limites de fronteira agrícola” mundial com participação direta de Brasil e Japão que se configuram como indutores dos processos sociais no qual convertem camponeses inseridos na região Norte de Moçambique em agricultores na modalidade do agronegócio.

No conjunto das mudanças impostas sem prévia discussão pública, aponta-se um conjunto de ações, como a inovação tecnológica; a mudança de hábitos alimentares, a mudança da estrutura agrária e das leis correspondentes; a forma de posse da terra; a reorganização do vínculo entre famílias e trabalho. De maneira que o ProSAVANA – JBM enquadra-se no quadro de estratégias do capital internacional.

Há que saber que subjaz os programas, as ações do poder geopolítico de países ricos ou em desenvolvimento consoante aos “Estados frágeis”, como é o caso de Moçambique, onde uma das principais pautas é a luta pela construção da “unidade nacional”. Vale reconhecer que o país tem muitas limitações para ter acesso a créditos comerciais. Por isso, o ProSAVANA – JBM é entendido como um instrumento do poder político, econômico, cultural e ideológico que, nas palavras de ordem, solucionará os problemas estruturais do país.

Como um aparato e um instrumento do poder, as suas ações são impostas por meio de dispositivos estratégicos para apropriar e controlar territórios camponeses. Ao se dizer que o objetivo do ProSAVANA-JBM está vinculado à melhoria das condições de vida da população, uma das questões que se coloca é: até que ponto se deve assumir que a vinculação do camponês à lógica do mercado se constitui como condição para melhoria das condições de sua vida? Convém interrogar também: será que a partir dos programas do ProSAVANA-JBM pode-se afirmar que há produção de novas territorialidades onde situam as territorialidades campesinas?

Um fato que nos chama atenção em Moçambique, e em particular, na região Norte de Moçambique, é que as narrativas que justificam a necessidade do ProSAVANA-JBM se baseiam no objetivo de incrementar elevados níveis de produção e produtividade agrárias através dos componentes técnicos e aumento das áreas de cultivo a serem asseguradas pela parceria público-privada.

Ora, à medida que decorre o debate que questiona as intenções pretendidas com o ProSAVANA-JBM, ao se constatar expropriações de terra por “espoliação”, o Governo e seus parceiros concebem um projeto de titulação da terra em massa, que se designa “Terra Segura”. O projeto “Terra Segura”, na fase “piloto”, abrange apenas as províncias de Nampula e Zambézia, que na realidade fazem parte do Corredor agrícola de Nacala.

O projeto “Terra Segura” é entendido como uma etapa que antecede o ProSAVANA-JBM, e faz parte dos compromissos assumidos pelo governo no âmbito do novo modelo de desenvolvimento parceria-público-privado, inserido no Quadro de Cooperação do G8 para apoiar a Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique.

A titulação massiva é uma estratégia dos capitalistas de modo que se contorne as barreiras enfrentadas na expropriação, como também nas táticas para abafar as críticas que são atiradas às iniciativas do ProSAVANA, associadas aos novos conflitos de terras que emergem à medida que as ações planejadas são concretizadas. Internamente as críticas são proferidas pela UNAC (União Nacional dos camponeses), como também por entidades de pesquisa autônomas, organismos da Igreja Católica (Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula – CAJUPANA, Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nacala – CDJPN), Livaningo, Liga Moçambicana dos Direitos Humanos – LDH que ambas acusam o Governo de proceder concessões de terras ocupadas pelos camponeses, ou seja, as concessões de terras tidas como livres ou disponíveis se realizam em territorialidades camponesas.

Entende-se como territorialidades camponesas todas as formas de uso de terra, que incluem habitações, machambas, formas sagradas de ligação com o solo; exploração florestal baseada em faixinais, em que a floresta se constitui como fonte de remédios de medicina popular, de lenha e carvão vegetal, de materiais de construção, espaço de produção de mel, entre outros.

Por conseguinte, diante da demarcação e registro das terras de usos particulares dos agregados familiares, o projeto revela a falta de consideração pelos usos florestais coletivos campestres. No plano externo, as vozes que criticam as iniciativas do ProSAVANA-JBM advêm do Fórum Mulher – Marcha Mundial das Mulheres, Justiça Ambiental (JÁ!) – Amigos da Terra Moçambique, GRAIN, Parlamento Europeu, tendo até solicitado, em 2016, a suspensão das ações inseridas na iniciativa da Nova Aliança para Segurança Alimentar em África.

Pode-se dizer que, o ProSAVANA-JBM foi concebido como um instrumento de transformação da estrutura agrária ao longo do Corredor de Nacala. No entanto, dependendo do sentido e das concepções que se dão à transformação da estrutura agrária, as perguntas formuladas acima podem ser respondidas de diversas formas. Neste caso a leitura que se faz é de que o sentido da transformação da estrutura agrária compreende as modificações do quadro legal, em particular, a lei de terra incluindo o respectivo regulamento, que estimulará a definição de uma nova política econômica capaz de proceder alteração de uma herança histórica que deu origem às atuais formas de acesso e proteção dos direitos adquiridos sobre a terra.

Em Moçambique, a atual estrutura social e econômica, que inclui a estrutura fundiária, as ações do capital privado e dos povos e das infraestruturas são expressões, tanto da dominação estrangeira portuguesa, como, dos programas de territorialização do capital, mediante as cooperativas e as empresas estatais; e das recentes reformas no âmbito das políticas neoliberais.

Um fato que nos chama atenção na estrutura social e econômica edificada, é que em todos os contextos históricos os interesses dos camponeses foram subalternizados. Pode-se dizer que o direito de acesso à terra de boa qualidade exige uma redistribuição da terra (reforma agrária) fora dos programas e intervenções de emergência que o país vivenciou quando se alcançou a paz em 1992

Fora desses programas esporádicos, que evidentemente têm dado acesso à terra aos camponeses entre outros sujeitos que vivem nas periferias urbanas, atingidos pelas intempéries naturais, há ainda ocupações que ocorrem no âmbito das normas consuetudinárias que regulam os povos espalhados pelo campo, qualificadas na Lei de Terra nº 19/97 de 1 de Outubro, como ocupações de boa-fé.

As ocupações de “boa-fé” e outras formas de acesso à terra recorridas pelos camponeses, em parte, contribuem para produção de novas territorialidades camponesas, expandido o espectro da sobrevivência de trabalhadores em Moçambique. Mas há que se reconhecer que, algumas práticas consuetudinárias apresentam critérios que cristalizam exclusão de certos grupos, em particular, mulheres e jovens. Daí que a relação entre gênero e terra tem merecido atenção do pensamento crítico moçambicano.

Consoante à tecnologia, o país enfrenta o desafio de adoção de artefatos que facilitem as atividades produtivas, assim como de transporte, de armazenamento e de processamento de cereais e outros produtos, como as frutíferas. Na província de Nampula, onde se estima que há cerca de 1.473.792 agregados familiares, cuja maioria está fixada no campo, as estruturas que administram o setor agrário afirmam que só há 25.000 enxadas de cabo cumprido e 53 tratores.

Estes dados incluem os meios comprados no ano de 2015 (MASA, 2015). Admite-se, assim, que esses dados podem não refletir a realidade atual, porém, não estão muito distantes dos fatos concretos. O camponês em Moçambique continua submetido às técnicas rudimentares, como é o caso de enxada de cabo curto e as condições precárias de armazenamento. Essa insuficiência compromete a qualidade dos

produtos e a capacidade de trabalho. Esse fato exige que se repense as formas de redução do emprego intensivo de mão-de-obra barata, sem que isso acarrete endividamento dos camponeses pelas instituições financeiras

A fome e os discursos da fome

A fome tem sido um grande negócio. A geração da fome, os discursos da fome, e a sua ideologização são ingredientes do ataque geopolítico que visa a expansão do agronegócio em África. O mesmo ocorre com o projeto de modernização do distrito de Monapo. A fome é um fenômeno social em Moçambique. Esse fato a torna um meio estratégico utilizado para fins obscuros.

Embora muitos organismos internacionais tenham sido criados sob justificativa de extinguir a fome, contraditoriamente a situação de fome continua bem dramática em África contrastando com o aumento de produção de bens agrícolas no mundo. Segundo o último informe da FAO (2015), o número de pessoas padecendo de fome no mundo aumentou em 11%, ou seja, de 777, passou para 815 milhões. O maior desafio, de acordo com a FAO (2015), é “assegurar que uma população em crescimento tenha alimentos à sua disposição para satisfação das suas necessidades nutricionais”.

Há, entre os estudiosos do tema e também entre os que militam contra esse mal feroz e humilhante, o reconhecimento da complexidade de segurança alimentar no mundo. Isso requer um enfoque totalizante nas leituras do que decorre da produção e da distribuição de alimentos, como as formas de má nutrição; da produtividade e da situação dos pequenos produtores de alimentos; da resiliência dos sistemas de produção de alimentos; do uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos.

A FAO, no seu relatório de 2015, indica que dos 232.5 milhões africanos afetados pela fome a maior parte deles está na África Subsaariana. No caso específico de Moçambique, as estimativas (2015) apontam que em 2012, 54% da população padecia de fome. A fome em Moçambique ocorre frequentemente, mais entre os meses de julho à dezembro. Pode-se até se afirmar que tornou-se “normal” ouvir notícias de sua ocorrência em áreas rurais e nas periferias urbanas, usando-se narrativas de “bolsas” de fome. É conveniente informar que a fome não é a única calamidade que ciclicamente tem flagelado Moçambique enquanto um país pobre.

O governo de Moçambique necessita de apoios externos para resolver os problemas causados pela fome, como desnutrição e delinquência, bem como de outras mazelas que transcendem as capacidades resolutivas dos cidadãos. Aliás, o governo de Moçambique necessita de apoios externos e de outras formas de apoios indiretos, como é o caso das intervenções de organizações não governamentais e do setor privado, que canalizam donativos e subvenções face ao déficite do orçamento público.

Além de apoios para o enfrentamento das questões associadas à fome, as ajudas são também canalizadas aos setores de educação, saúde pública, infraestruturas (estradas, ferrovias, pontes, redes de rega e drenagem). A gravidade das debilidades do país é conferida pelos dados mais recentes. Esses dados indicam que mais de 2/3 da população estudantil está à margem do sistema formal do ensino. Ainda, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2014, a expectativa de vida em Moçambique estava fixada em 53 anos.

Deve-se acrescentar a fraca cobertura da rede sanitária; a relação médico/população é ínfima; e não há infraestrutura médica para atender as demandas. De tal ordem que as doenças preventivas, tais como a malária e a diarreia são as responsáveis por elevado índice de mortalidade. Relativo à economia, o país se debate com a descapitalização financeira. O que significa que não existe capacidade interna para novos investimentos, ou ainda, para melhorar os já existentes.

A produção total do país é muito baixa. Em 2016, o produto interno per capita fixou-se em 382, 07 dólares norte-americanos. A estrutura econômica que foi herdada do sistema colonial não sofreu nenhuma modificação, tanto para diversificação dos setores econômicos, ampliação das existentes, como também na melhoria das forças produtivas. Esse fato tem se refletido evidentemente na incapacidade do país em fazer novos investimentos.

A descapitalização não permite investimentos em áreas cruciais, tais como inovações tecnológicas e manutenção de infraestruturas essenciais para o pleno funcionamento da economia (estradas, ferrovias, pontes, redes de rega e drenagem). O outro constrangimento associado à descapitalização se traduz no sub-aproveitamento das potencialidades existentes no país. A pouca produção gerada se perde, como também no caminho em direção aos centros de consumo e/ou, ainda, nos armazéns.

Esses problemas são heranças derivadas da descapitalização financeira. No entanto, a descapitalização financeira não representa por si só, a maior preocupação em Moçambique. Parece-nos que a questão de fundo é a concepção adotada pelo Estado, que é quem maneta o poder. Em Moçambique, é difícil estabelecer os limites entre “Estado”, “Governo” e “Partido Frelimo”. Essas três instâncias se parecem uma única, isto é, o Estado.

O uso de meios e equipamentos manuais no trabalho do campo e a queima de biomassa são exemplos rudimentares. Se no plano dos meios técnicos e das práticas não se registram modificações, o mesmo acontece no que concerne à propagação de espécies de cultivos de outras partes do mundo, como é o caso da cultura de soja. Além da propagação, há também um processo de massificação do cultivo de hortícolas e criação de aves em granjas.

Paradoxalmente, o país possui um histórico na criação de espécies animais, como os gados bovinos, os ovinos e os suínos, mas são poucos os agregados familiares que criam esses animais, sobretudo gado bovino. Nos poucos casos em que existe a criação de animais, não há nenhuma estrutura de suporte de atividades de índole pecuário. Ou para aquecer o mercado interno.

As necessidades do país, a precaridade da produção e a insistência da fome são álibis para a implantação de projetos e programas que tentam, no quadro geopolítico, usarem as terras de Moçambique para compor o monopólio da produção de alimentos. Subjaz a investida a formação dos impérios agroalimentares. A partir do império está presente a força do capital na agricultura. Isso pode ser compreendido assim,

Em termos político-econômicos, a emergência do Império é fortemente associada ao aumento súbito da mobilidade de maiores fluxos de capital por todo o globo. Os elementos centrais do Império como forma de governança são o controle e a apropriação. De acordo com Hardt e Negri, o Império é “um aparelho descentralizado e desterritorializado de governação que incorpora progressivamente todo o domínio global dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. Consequentemente, a criação de controlabilidade é central para o Império como modo de ordenamento. Isso requer frequentemente um reordenamento generalizado do social e do natural. A constituição do Império pode ser conceituada como a forma específica em que os processos de globalização estão atualmente se manifestando. ...A essência da atual fase da globalização é que ela introduz, literalmente por toda a parte, conjuntos de normas e parâmetros generalizados que governam todas e quaisquer práticas locais e específicas. ... O Império se materializa numa conquista continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e autogovernados. O Império elimina o local, o transformando em um “não-lugar”. A única relevância do local é que ele

representa um conjunto de coordenadas – um entre muitos outros conjuntos – em que se aplicam normas generalizadas (PLOEG, 2008, p. 255).

A transformação da produção de alimento num ingrediente da formação dos impérios cumpre alguns objetivos destacados pelo autor. Primeiramente funciona como mobilidade de capitais. Posteriormente, se transforma numa tática de controle da terra e dos componentes naturais dos países pobres; gera dependência e subordinação. Destrói antigas formas produtivas e desorganiza a cultura alimentar; subjuga as localidades à esfera mundial, principalmente com o controle científico de sementes e agrotóxicos.

Se não convém fechar os olhos à precariedade da produção camponesa de Moçambique e aos seus problemas circundantes, como o transporte, o armazenamento; e, especialmente, a existência de técnicas rudimentares, ou a baixa produtividade, isso não justifica a ação do Estado moçambicano em efetivar acordos que subordinam a agricultura camponesa moçambicana aos impérios agroalimentares.

Considerações finais

O ProSAVANA-JBM compreende uma faixa territorial que está entre os paralelos de 13° S e 17° S., abarcando da costa ao interior continental, dezenove distritos nomeadamente de Leste a Oeste: Monapo, Meconta, Muecate, Mogovolas, Rapale, Murrupula, Mecuburi, Ribáuè, Lalaua e Malema – província de Nampula; Alto Molócuè e Gurué – província da Zambézia; Cuamba, Mecanhelas, Mandimba, N'Gauma, Chimbonila, Majune e Sanga – província de Niassa.

Além das mudanças da estrutura agrária, as transformações territoriais ideologizadas como uma necessidade urgente se tornam um corolário para a mudança da atual estrutura agrária moçambicana. Isso implica reforma das estruturas fundiárias, caracterizada por um regime da terra baseado no controle da terra pelo Estado. Mas há também a crítica à tecnologia que predomina nos setores econômicos do campesinato moçambicano, que comportam meios e equipamentos relativamente modestos.

Embora, o trabalho é rudimentar, a produtividade é baixa e insuficiente e as forças produtivas são precárias, no discurso dos novos programas, essas condições se tornam justificadoras às ações dos impérios agroalimentares que, por sua vez, possuem

um lastro fiel à acumulação financeirizada do capitalismo mundializado. Daí, a necessidade de analisar os programas pela ótica geopolítica.

Convém mencionar que se a baixa produtividade e a fome justificam a razão da dependência econômica do país, ceder as terras aos países ricos também não resolve o problema da subordinação. Por conseguinte, é razoável dizer que esses programas, além de intervenções na estrutura agrária, desestruturaram os lastros comunitários do camponês; alteram a cultura alimentar; assim como a forma de preparo do solo, os saberes milenares e, inclusive, a perspectiva espiritual de conceber dos dons da terra.

Nos últimos anos no setor das infraestruturas de transportes, os investimentos que mais se destacam são os que resultaram em reabilitação da Estrada Nacional nº 1 (EN1), que estabelece a ligação Sul/Norte – a dita “ponte de unidade nacional”; o projeto de construção de Estrada Nacional nº 4 (EN4), que liga a cidade de Maputo com a África do Sul através de Ressano Garcia; projetos de construção e reabilitação das ferrovias e terminais de carga, que configuram os corredores de desenvolvimento de Maputo, da Beira e Nacala.

Há que assinalar também o surgimento no mesmo período de projetos de prospecção dos recursos energéticos, em particular, o gás natural (Inhambane, Sofala e Cabo Delgado) e os projetos de exploração de recursos minerais, dos quais os mais destacados são os que estão instalados em Tete, Nampula (2017; BATA, 2018; MATOS, 2014).

No setor de agricultura, os projetos de grande vulto (apenas alguns casos), em termos de capital aplicado, são os de produção de banana na região metropolitana de Maputo e em Nampula; de produção de flores na província de Manica; de produção de cana-de-açúcar nas províncias de Maputo, Sofala e Cabo Delgado e, recentemente, as intervenções associadas ao Programa de Cooperação Triangular para Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais que abarcam toda a extensão territorial que é atravessada pela ferrovia Nacala/Moatize, abrangendo também uma parte do território do Malawi.

Entretanto, há que assinalar que não são todos os territórios da abrangência da ferrovia que são inseridos no circuito de produção das commodities, tal como ilustram os documentos do ProSAVANA-JBM. Os que foram selecionados estão integrados nos distritos de Monapo, Meconta, Muecate, Mogovolas, Rapale, Murrupula, Mecuburi,

Ribáuè, Lalaua e Malema – província de Nampula; Alto Molócuè e Gurué – província da Zambézia; Cuamba, Mecanhelas, Mandimba, N’Gauma, Chimbonila, Majune e Sanga – província de Niassa.

É necessário reconhecer as dificuldades de Moçambique. Esse reconhecimento, contudo, não descarta a leitura crítica da proposta de inserção e modernização do espaço agrário moçambicano ao jogo geopolítico do comércio de alimentos. Como se viu a visada dos programas e projetos faz uso da ideologização da dependência. Ou seja, em nome do combate à fome desestrutura-se a vida camponesa. A fome deve ser enfrentada como expressão da iniquidade mundial, não como alavanca do modelo que a mantém. Não se trata de não proceder mudanças no espaço agrário moçambicano, mas de precaver contra uma espécie de atualização colonial ao sabor das sociedades mundializadas. Quem tem fome grita por alimentos – e por justiça.

Referências

BATA, Eduardo Jaime. **Entre estatais e transnacionais, "quantos ais":** efeitos espaciais dos Megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique. Goiânia. 565 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2018.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World 2015.** Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome: FAO, 2015

FREI, Vanito Viriato Marcelino. **No país do mano Muça, eu sou carvão:** implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula. Goiânia. 412 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2017

HARVEY, David. **O Enigma do Capital:** e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschansk. São Paulo: Boitempo, 2011.

INE. **Censo Agropecuário CAP 2009-2010:** Resultados Definitivos - Moçambique. Maputo, 2011. INE. **Panorama Sócio-Demográfico de Moçambique.** Maputo, 2013

MATOS, Elmer, A. C. de; MEDEIROS, Rosa, M. V. Acesso a terra e exploração mineira em Moçambique: que implicações para as comunidades locais. In: **Campo.Território**, v. 9, nº 17. 2014, p. 599-621

MASA. **Plano Diretor para o desenvolvimento agrícola do corredor de Nacala:** versão provisória. 2015. Maputo, 2015.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ProSAVANA. **Projeto de Cooperação Triangular entre o Japão-Brasil-Moçambique.** ProSAVANA – Projeto I – Projeto de melhoria de capacidade de pesquisa e de transformação de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no corredor de Nacala, Moçambique. Maputo: Ministério da Agricultura, 2010.

UNAC. **Relatório os usurpadores de terras do corredor de Nacala:** uma nova era de luta contra as plantações coloniais no Norte de Moçambique. 2015.